



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

---

*Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários*

---

22.12.2009

## COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Assunto: Audição com Olli REHN, Comissário indigitado para os assuntos económicos e monetários

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas por Olli REHN.

O Secretariado

CM\800216PT.doc

PE431.090v01-00

**PT**

*Unida na diversidade*

**PT**

**RESPOSTAS DO COMISSÁRIO INDIGITADO**  
**Olli REHN**  
**(Assuntos Económicos e Monetários)**  
**AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU**

**Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

- 1. Quais os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa suscitar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

Dediquei grande parte da minha vida académica, política e de funcionário à integração europeia. Creio profundamente no projecto de paz europeu, que se traduziu num período de paz, estabilidade e bem-estar sem precedentes no continente europeu. Foi para mim uma grande honra e uma lição de humildade ter podido contribuir para este ideal e estou deseioso de prosseguir o meu trabalho para concretizar estes objectivos. O projecto europeu está em constante construção e a sua realização confronta-nos constantemente com novos desafios.

Iniciei a minha actividade europeia à frente da Delegação finlandesa às conferências europeias da juventude sobre segurança e direitos humanos em 1985-1987. Após ter sido eleito para o Parlamento da Finlândia em 1991, presidi a Delegação finlandesa ao Conselho da Europa, tendo sido membro da Comissão dos Assuntos Económicos da sua Assembleia Parlamentar. No âmbito da coordenação das políticas em 1992-1993, desempenhei funções de conselheiro especial do Primeiro Ministro finlandês, numa altura em que a Finlândia saía da pior recessão económica da sua história. Entre 1995-1996, fui deputado ao Parlamento Europeu, membro permanente da Comissão dos Orçamentos e membro suplente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, da Comissão do Controlo Orçamental e da Comissão dos Assuntos Institucionais, tendo ainda feito parte da mesa do meu grupo político. Esta experiência reforçou a minha convicção de que a legitimidade democrática das políticas europeias tem de basear-se numa estreita cooperação entre a Comissão e o Parlamento.

Entre 1993-2002, exerci o cargo de Chefe de Gabinete do Comissário Liikanem, tendo integrado os grupos directores internos da Comissão para a Agenda 2000 e a Estratégia de Lisboa. Desde Julho de 2004, primeiro como Comissário responsável pelo sector empresarial e sociedade da informação e, depois, como Comissário para o alargamento, pude acompanhar

as transformações fundamentais impulsionadas pela perspectiva europeia.

Quanto à minha experiência europeia, tanto os progressos como os recuos da Comissão, especialmente nos anos em que trabalhei para esta instituição, permitiram-me compreender como melhor servir a Europa enquanto Comissário, tanto nos domínios da minha competência, como na qualidade de membro do Colégio de Comissários. Estou ansioso por voltar a trabalhar para a Europa, imbuído de forte motivação e determinação, mas também com humildade perante os importantes desafios que nos esperam a nível europeu.

No exercício da minhas funções de Comissário, envidei todos os esforços para cumprir plenamente as obrigações de independência e integridade, imparcialidade e disponibilidade previstas nos Tratados. Estes princípios, consagrados no artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e no artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, continuarão ser os valores que nortearão as tarefas que me serão confiadas. Comprometo-me a cumprir incondicionalmente as regras deontológicas estabelecidas no artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e no Código de Conduta dos Comissários, assim como nas suas eventuais actualizações.

Tal como previsto no Código de Conduta dos Comissários, efectuei e divulguei a minha declaração de interesses. Comprometo-me a actualizá-la periodicamente, a fim de contemplar as suas eventuais alterações.

Evitarei qualquer situação que possa pôr em causa a minha independência, imparcialidade ou disponibilidade para com a Comissão, e abster-me-ei de ocupar outro cargo público e de exercer outra actividade profissional, remunerada ou não. Se, no entanto, surgisse uma situação susceptível de provocar um conflito de interesses no exercício de minhas funções oficiais, naturalmente informaria de pronto o Presidente da Comissão sobre a possível existência dessas circunstâncias.

## **Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões**

### **2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?**

Sei por experiência que a colegialidade é um aspecto fundamental para o trabalho da Comissão. O facto de todos os comissários contribuírem para as decisões e assumirem a responsabilidade das iniciativas, assegura o máximo de diversidade de pontos de vista, pelo que as iniciativas da Comissão reflectem sempre um verdadeiro interesse europeu, são cuidadosamente preparadas e bem fundamentadas.

É minha intenção reforçar a cooperação entre o Parlamento Europeu e a Comissão, com vista a promover o interesse comum europeu. Enquanto Comissário responsável pelas questões do alargamento tive oportunidade de constatar a importância do apoio e da orientação do Parlamento Europeu.

Como órgão executivo da União, a Comissão é responsável perante o Parlamento Europeu.

Assumo a responsabilidade política das intervenções nos domínios da minha competência, sem prejuízo do princípio de colegialidade da Comissão, e no pleno respeito pelos poderes e competências do Presidente da Comissão.

A União Europeia alcançou as suas maiores realizações nos períodos em que o Parlamento e a Comissão trabalharam em prol de objectivos comuns. A fim de impulsionar esta obrigação de prestar contas, procurarei assegurar ao Parlamento Europeu o mesmo grau de diálogo e de acesso à informação que eu próprio exigi enquanto deputado ao Parlamento Europeu.

Isto implica contactos e diálogo regulares, incluindo a minha participação nas reuniões das comissões, enquanto convidado ou por iniciativa própria, bem como a prestação de informação completa, oportuna e clara e tomando sempre em consideração a opinião do Parlamento, elemento indispensável do processo de decisão. Este procedimento exigirá essencialmente uma abordagem comum prévia das nossas relações que permita encontrar e estabelecer objectivos comuns.

Os Directores-Gerais da Comissão são responsáveis perante o seu comissário pela correcta e rigorosa aplicação das orientações políticas e regras de desenvolvimento na sua direcção-geral. Estabeleci com os meus serviços uma relação com base na lealdade, na confiança, na competência e na transparência e assim pretendo prosseguir.

Por conseguinte, espero que os meus Directores-Gerais me mantenham ao corrente das questões políticas e administrativas. Para o efeito, tal como preconiza o Código de Conduta dos Comissários, logo que inicie as minhas funções, definirei com precisão as funções e os métodos de trabalho, bem como as vias de comunicação. Os métodos de trabalho estabelecidos com as direcções-gerais sob minha responsabilidade provaram ser adequados, pelo que proponho seguir um abordagem semelhante no exercício do meu novo mandato.

**3. Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?**

De acordo com a resposta anterior, quero destacar a minha confiança na cooperação entre o Parlamento e a Comissão. Confiança, transparência e cooperação devem cimentar as relações entre as duas instituições. Desta forma, contribuiremos para a legitimidade e responsabilidade do nosso trabalho, bem como para a eficiência e a boa governação.

O Tratado de Lisboa vem reforçar a cooperação entre a Comissão e o Parlamento. Há que usar plenamente as suas disposições e possibilidades, em benefício do interesse da Europa e dos seus cidadãos.

É minha intenção estabelecer uma estreita cooperação com a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, assente no diálogo aberto e regular, no intercâmbio de informações e nas boas relações pessoais. Tenciono assistir às reuniões desta comissão parlamentar para as

quais for convidado, mas também por iniciativa própria, sempre que as circunstâncias o exigirem. Será este o espírito orientador das relações de trabalho com as comissões responsáveis pelas matérias sob minha alçada.

Na minha colaboração com o Parlamento em geral, assumo plenamente o compromisso de aplicar na íntegra as disposições do Acordo-Quadro cujo peso e relevância só se farão sentir com o reforço das capacidades de decisão do Parlamento Europeu.

### **Perguntas relativas às políticas**

#### **4. Quais são as três prioridades principais que tenciona fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?**

Na qualidade de candidato a Comissário responsável pelos Assuntos Económicos e Monetários, a minha principal prioridade será o crescimento e a criação de emprego no quadro da estabilidade macroeconómica. É isto que os cidadãos precisam e exigem mais urgentemente, devendo ser este o objectivo global de nossa acção comum nos próximos anos.

Há que elaborar uma estratégia coordenada que nos permita sair da crise, pelo que teremos de criar as condições propícias a um crescimento sustentável e inteligente para as gerações actuais e futuras. Considero que a futura estratégia «UE-2020» constitui um instrumento fundamental desta abordagem. Trata-se de obter finanças públicas sustentáveis e preparar a nossa economia para o mundo diferente que sairá da crise, favorecendo a emergência de uma economia mais inteligente e mais ecológica, baseada no conhecimento e na inovação que promova níveis elevados de emprego e de produtividade. Em conformidade com o estabelecido nas orientações do Presidente Barroso, o Banco Europeu de Investimento pode desempenhar um importante papel no incentivo ao investimento para fomentar este programa de modernização.

A crise demonstrou, sem sombra de dúvidas, que a Europa é mais sólida e eficiente se estiver unida. Somos mais fortes e mais eficientes quando trabalhamos em conjunto. Por isso, aproveitemos a oportunidade oferecida pelo Tratado de Lisboa no que se refere ao reforço da coordenação económica, nomeadamente na área do euro. A nova situação veio conferir novas tarefas ao Eurogrupo e proporcionar novas possibilidades à Comissão, tais como as contempladas no artigo 121.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. A UE deve aproveitar estas novas oportunidades para alcançar progressos concretos em matéria de coordenação económica.

A crise económica e financeira não só cobrou uma elevada factura em termos de produção e emprego, como deteriorou o potencial produtivo da UE, para já não falar dos desafios colocados pelo envelhecimento da população. Assiste-se a uma necessidade premente de reforçar a actividade económica e a criação de emprego. O rápido restabelecimento do sector financeiro e a instituição de um quadro sólido que fomente a estabilidade macrofinanceira na UE são condições fundamentais para garantir um crescimento económico sustentável. A este respeito, considero importante a minha participação no futuro Comité Europeu dos Riscos Sistémicos. Igualmente relevantes são a supervisão integrada da evolução nos Estados-Membros e a melhoria da capacidade de ajustamento, especialmente com vista a

diminuir os desequilíbrios na área do euro e a lançar as bases para um alargamento gradual, assente nas regras dessa zona.

A minha segunda prioridade é garantir a sustentabilidade das finanças públicas na UE e melhorar a sua qualidade. Em muitos Estados-Membros e na UE no seu conjunto, a dívida pública continua a apresentar uma tendência insustentável. Por conseguinte, é essencial proceder a um saneamento adequado e credível das finanças públicas no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento, como parte de uma estratégia global para a saída da crise. Temos de consolidar os instrumentos existentes de coordenação política da UE e aproveitar a sua flexibilidade para fazer face à excepcional magnitude e duração da actual crise económica. O saneamento das finanças públicas também exigirá uma melhoria da sua qualidade e a reorientação da despesa pública, a nível nacional e da UE, para domínios com efeitos positivos no potencial produtivo. O êxito nesta área será essencial para liberar e mobilizar recursos, a fim de se alcançar os objectivos da estratégia «UE-2020».

A minha terceira prioridade consiste em reforçar o papel da UE nas relações económicas internacionais. A UE tem um importante papel a desempenhar na cena internacional, através dos seus diversos instrumentos de política externa e da sua contribuição para a coordenação de políticas e a supervisão multilateral. Simultaneamente, a União Europeia (e a área do euro em particular) deverá posicionar-se no novo sistema emergente de governação económica mundial, no qual o G-20 desempenha uma função cada vez mais importante.

Por conseguinte, nas matérias de especial relevância para a União, é fundamental que a área do euro e a UE no seu conjunto se pronunciem a uma só voz no plano internacional. Ainda que a longo prazo a solução passe por uma representação unificada dos Estados-Membros da área do euro, segundo previsto no Tratado, é da máxima importância estabelecer o mais rapidamente possível um mecanismo de coordenação reforçado cujo peso se fará igualmente sentir no incitamento das instituições financeiras internacionais a explorarem o papel de instrumentos financeiros inovadores na promoção da eficácia das políticas da UE, por exemplo, para incentivar o investimento em tecnologias ecológicas.

**5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?**

O quadro actual para a coordenação de políticas, baseado no Tratado, demonstrou a sua importância na recente crise económica e financeira, pelo que será minha prioridade prosseguir a aplicação das políticas de recuperação económica e de sustentabilidade orçamental recentemente adoptadas, e recorrer plenamente aos instrumentos existentes para reforçar a coordenação de políticas e a governação na UE. Entre estes instrumentos importa citar as avaliações efectuadas pela Comissão sobre os programas de estabilidade e de convergência e a eficácia das medidas adoptadas no quadro dos procedimentos por défice excessivo, bem como os seus relatórios de convergência, que avaliam o estado de preparação de um dado país para integrar a área do euro.

É minha intenção preparar uma estratégia para a saída da crise que permita investimentos no futuro da UE, a fim de a recolocar na via do crescimento sustentável favorável à criação de emprego, bem-estar, tecnologias ecológicas e inovação, na Europa e para lá das suas fronteiras. Ao mesmo tempo, há que restaurar a sustentabilidade das finanças públicas, designadamente através da melhoria dos procedimentos de governação económica e da cooperação.

Num mundo caracterizado pela escassez de recursos públicos, o grande desafio que se nos coloca é a mobilização de recursos suficientes para alcançar os objectivos da estratégia «UE-2020», daí o meu desejo de cooperar com o Parlamento, a fim de encontrarmos estratégias inovadoras que nos permitam concretizá-los.

No quadro das prioridades políticas evidenciadas na resposta anterior e com base nos instrumentos referidos, pretendo apresentar as seguintes iniciativas, durante o meu mandato, sob reserva, obviamente, de uma análise aprofundada das mesmas e da sua aceitação pelo Colégio de Comissários:

- Uma comunicação sobre a criação de um sistema reforçado de coordenação política, baseado numa supervisão mais abrangente e rigorosa dos Estados-Membros da área do euro (à luz, nomeadamente, do artigo 136.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia).
- Uma comunicação sobre o reforço da participação e representação da Europa nas instâncias e instituições financeiras internacionais.
- Em colaboração com o Comissário responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão e o Comissário encarregado do Mercado interno e Serviços, elaboração de um Livro Verde sobre a adequação e a sustentabilidade dos sistemas de pensões na UE.
- Uma proposta legislativa relativa ao mandato externo do Banco Europeu de Investimento (BEI) para o período 2011-2013, uma comunicação da Comissão sobre a actividade a mais longo prazo do BEI e a remodelação da arquitectura financeira europeia.
- Se possível, uma proposta relativa a um instrumento-quadro no domínio da assistência macrofinanceira da UE a países terceiros, a fim de agilizar os respectivos procedimentos, na observância das prerrogativas traçadas pelo Parlamento Europeu.
- No contexto da estratégia «UE-2020», uma comunicação sobre o estabelecimento de um quadro metodológico e a recolha de dados para avaliar os progressos na via dos seus objectivos globais, bem como os complexos fenómenos socioeconómicos e as questões transversais (como o seguimento do relatório Stiglitz e da Comunicação «O PIB e mais além»).

Velarei para que as novas iniciativas legislativas sejam corroboradas por avaliações de impacto rigorosas e, nesta base, elaborarei com os meus serviços as correspondentes propostas legislativas.